

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC****REGISTRO DA 1ª REUNIÃO DE 2023****1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO**

Data	24/fev/23	Horário início	10:30h	Horário término	12:30h
Tipo	Reunião do Comitê de Governança de TIC				
Local	Google meet				
Objetivo/Pauta	Apresentação e aprovação de assuntos pendentes como: substituição de notebooks e monitores, projeto Pangea, solicitação e melhoria no e-Jus2, ações de inovação, aprovação dos protocolos de segurança cibernética, nova rede SD-WAN e revisão do plano de contratações				

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo
Des. CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA	Presidente do Comitê de Governança de TIC, eleito pelo Tribunal Pleno
Desª. DENISE PACHECO	Eleita pelo Tribunal Pleno
Des. MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO	Eleita pelo Tribunal Pleno
Juiz ARY FARIA MARIMON FILHO (ausente)	Juiz Diretor do Foro Porto Alegre
Substituto: Juiz JORGE ALBERTO ARAÚJO	Juiz auxiliar do CEJUST
Juiz EVANDRO LUÍS URNAU (ausente)	Eleito pelos juízes de 1º grau em atividade
Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES (ausente)	Juiz Auxiliar da Corregedoria, representante da Secretaria da Corregedoria
ADOLFO MARQUES PEREIRA	representante da Secretaria-Geral da Presidência
REJANE CARVALHO DONIS	Diretora-Geral
ALDO DA SILVA JARDIM	Secretário-Geral Judiciário
ANDRÉ SOARES FARIAS	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

ALBERTO DANIEL MULLER	Coordenador de Gestão e Apoio à Governança de TIC
PAULO MENDES RIBEIRO JÚNIOR	Coordenador de Infraestrutura Tecnológica
DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	Coordenador de Serviços de TIC
PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas
PABLO PAULO LOPES BARROS	Coordenador de Implantação de Sistemas
LUCAS POZATTI	Coordenador de Segurança da Informação e Proteção de Dados
CINTIA FRIGO PETUCO	Assistente-chefe do Escritório de Projetos de TIC (redatora da ata)
CAROLINE ROCHA MOLINA	Chefe da Divisão de Apoio a Contratações de TIC

3. PAUTA

3.1	Abertura
<p>Relato: Dr Cassou fez a abertura da reunião, saudando e agradecendo aos participantes. Na sequência, André Farias apresentou os itens contidos no documento, o qual foi base para a condução da reunião. Salientou que o ponto principal para apresentação será a revisão do Plano de Contratações de 2023. Os assuntos abordados estão a seguir.</p>	
<p>Deliberação: - NA</p>	

3.2	Substituição de Notebooks
<p>Relato: Farias salientou que 33% dos magistrados ainda não retiraram os notebooks novos. E em relação aos destinados aos assessores e assistentes, o percentual ainda é maior, no qual 46% ainda não os retiraram. Ficou alinhado com a Presidência que a SETIC enviará um novo email destinado aos magistrados e outro email destinado aos assessores e assistentes, reforçando a importância da retirada desses novos equipamentos, os quais apresentam desempenho superior aos anteriores (inclusive aos Dell) e estão em prazo de garantia em andamento, dando o prazo final para retirada até final de março/2023, salientando que após esse prazo, os equipamentos terão outra destinação. Farias solicitou que o Comitê de Governança reforce a importância dessa retirada e uso dos novos equipamentos. Dra Denise relatou que antes da pandemia, já trabalhava com <i>dock station hp</i> e tem o notebook da</p>	

Dell. Salientou que como o primeiro email enviado pela SETIC indicava que para a retirada do notebook precisaria devolver os dois equipamentos mencionados anteriormente, o motivo pelo qual ainda não fez a retirada foi que desconhece como colocar o notebook direto na tela, sem a dockstation. Dra Denise fez o relato pois acredita que outros magistrados possam não ter retirado pela mesma preocupação, mas salienta que ela vai realizar a retirada dentro do prazo (março/2023). Farias relata que o número de magistrados que ainda utilizam a dock station hp é bem baixo e que acredita que a maioria não retirou tem maior relação com magistrados do interior do estado.

Rejane questionou sobre o custo para entregar os notebooks faltantes no local em que o magistrado está. Farias e Denilson mencionaram que para isso é preciso abrir um ordem de serviço para a empresa contratada pelo TRT para a prestação de serviços de TI no interior do estado e que o valor seria alto, chegando a quase R\$500,00 por notebook. Rejane argumentou que se o magistrado se deslocar para Porto Alegre, conforme a situação é preciso pagar diária, se ele não conseguir voltar no mesmo dia, o custo pode chegar a R\$700,00. Farias salientou que independente disso, é preciso devolver o(s) equipamento(s) anterior(es), bem como apoio à cópia de dados e com isso, é muito mais organizado ser feito em Porto Alegre pela equipe própria da SETIC. Dr Jorge sugeriu acrescentar nesse email o feedback positivo dos magistrados que já estão utilizando o novo equipamento, o qual apresenta mais qualidade e rapidez em comparação com o antigo. Salientou também que o teclado e monitor podem ser conectados diretamente no novo notebook, inclusive com ele fechado e sugeriu que fosse avaliado a possibilidade de disponibilizar um kit de cabos USB para a realização dessas conexões.

Ficou definido que, no momento, os emails (magistrados e assessores/assistentes) serão enviados pela SETIC, conforme relatado inicialmente.

Ainda, quanto à cópia de dados, Farias esclareceu que a SETIC apoia essa operação. Mas para organizar e minimizar falhas na cópia, a orientação é que o magistrado organize seus arquivos antecipadamente.

Deliberação:

- Conforme relato acima.

3.3 Monitores

Relato:

Foram adquiridos monitores novos para os magistrados, para trabalho fora das dependências do Tribunal. A SETIC aproveitou uma compra nacional de monitores Dell de 27", de excelentes configurações e com valor adequado. Eles possuem várias características superiores aos que utilizamos atualmente no TRT4. Porém, são monitores wide e não ultra wide, restringindo aproveitamento da tela dividida em duas, em comparação com os monitores LG 29" usados nas unidades do TRT. Mas no geral, são monitores maiores e melhores do que os atuais utilizados pelos magistrados em casa. A SETIC já disponibilizou um desses monitores para testes. Dr Jorge solicitou um monitor para que ele também possa realizar testes - Denilson irá fazer contato para disponibilizar. Farias e Denilson salientaram que o novo monitor tem a característica própria de fornecer portas USBs adicionais, facilitando a conexão de mais periféricos.

Farias salientou que a compra foi destinada ao uso pelos magistrados em casa. Mas também poderia ser avaliada a utilização em salas de audiência.

Deliberação:

- Conforme relato acima.

3.4 Pangea**Relato:**

Farias salientou que esse projeto já está em uso no TRT4 há bastante tempo, tanto para a pesquisa de precedentes qualificados, pelo público interno e externo, como para pesquisa aos textos produzidos pela Secretaria de Recurso de Revista (Pangea Plus). Há uma nova etapa deste projeto, o qual está sendo coordenado pela Vice-Presidência (Dr Rodrigo), de um piloto do Pangea para uso em gabinetes, tanto de primeiro como de segundo grau. O piloto está sendo testado pelos gabinetes do Des Roger e Juíza Rozi, que devem fornecer um retorno sobre o uso para esse fim ainda no mês de março. Com isso, o piloto está em etapa de validação, para decisão posterior sobre a ampliação do uso para essa funcionalidade.

Farias salientou que há um grande interesse de vários tribunais para o uso do Pangea para precedentes qualificados. Com isso, a SETIC evoluiu a solução para que ela seja multi tribunal, ou seja, um outro tribunal que deseja utilizar o pangea o pode fazer acessando o pangea utilizado pelo TRT4, sem precisar instalar o sistema em sua infraestrutura. Com isso, já temos quatro tribunais que assinaram o acordo de cooperação e estão fazendo uso do Pangea: TRT2, TRT5, TRT15 e TRT24. Além disso, será iniciado um projeto do CNJ, sob gestão do CSJT, o qual vai desenvolver o BNP (Banco Nacional de Precedentes) para todo o Poder Judiciário. Para isso foi formado um grupo de trabalho composto pelo nosso Tribunal (devido ao Pangea), o TRT9 (que também tem uma solução própria de precedentes qualificados) e o TRT18 (responsável por esse módulo de gestão de precedentes dentro do PJe).

Deliberação:

- Conforme relato acima.

3.5 e-Jus2 - Melhoria**Relato:**

Farias relatou que a SETIC recebeu uma solicitação de melhoria no e-Jus2, encaminhada pelo gabinete do Desembargador Lucena, para incluir a palavra "Relator" na citação de jurisprudência, antes da palavra "Desembargador", ficando assim "Relator Desembargador" ou "Relatora Desembargadora". Paulo do Carmo salientou que no nome que irá aparecer sempre será o redator, que por vezes pode não ser o relator, caso tenha perdido o voto.

Essa proposta gerou o relato de situações específicas, que não estariam contempladas nessa solicitação. Dr Cassou informa que essa situação é cada vez mais rara de acontecer, mas questionou se seria possível que, nesses casos, a denominação impressa seja "Redator / Redatora". Dra Denise complementou indicando que quase 100% do acórdão é assinado pelo relator, visto que, ao contrário, pode impactar até mesmo a redistribuição dos processos. Dr Jorge mencionou que talvez a Inteligência Artificial possa ajudar nessa questão. Dra Maria Silvana relatou que na SDI não é raro acontecer essa troca de relatoria, sendo bem frequente. Farias salientou que o texto seria

gerado automaticamente, podendo ser alterado se necessário.

Com isso, ficou definido que esse assunto será melhor discutido entre os Desembargadores em reunião institucional já marcada, para a reafirmação dessa definição ou uma nova definição para implementação. Enquanto isso, essa alteração deve ficar suspensa, aguardando nova manifestação dos Desembargadores.

Deliberação:

- Melhoria suspensa no momento, aguardando nova manifestação dos Desembargadores.

3.6 Ações de Inovação

Relato:

Farias relatou algumas ações de inovação que estão em andamento.

-Veritas: solução de provas digitais, desenvolvido pelo TRT12. Ela auxilia magistrados quanto à informações de geolocalização. Foi disponibilizado em Dezembro/22 para 3 magistrados realizarem projeto piloto. O retorno sobre a utilização é positiva e a previsão é que em março/23, o TRT12 ofereça a possibilidade de expansão de uso, para todos os magistrados do TRT4 que tiverem interesse no uso.

-Transcrição de atas de audiência: o grupo de trabalho coordenado pela Vice-Presidência. O grupo já concluiu o documento de requisitos, com as necessidades que precisam ser atendidas pela solução. Em janeiro/23 já tivemos reunião com fornecedores dessas soluções. A solução mais provável definida é que faremos integração do sistema Aud4 com API do Google Docs, que permite o ditado por voz se transformar em texto, durante a redação da ata de audiência.

O importante dessa solução é que ela integra a plataforma Google, que já é de uso de todos os Tribunais da Justiça do Trabalho à exceção do TRT10 e integra com o AUD4, que também é sistema nacional de audiências. Com isso, ao implementar, trará benefícios não só para o TRT4, mas para toda a Justiça do Trabalho.

Deliberação:

- Informativo.

3.7 Protocolos de Segurança Cibernética

Relato:

Lucas Pozatti contextualizou que a resolução CNJ 396/2021 estabelece Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário e que a Portaria CNJ 162/2021 aprova protocolos e manuais criados por essa resolução, sendo eles: Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ); Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ) e Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).

No âmbito do TRT4 os três foram definidos. O primeiro define um conjunto de diretrizes para a prevenção de incidentes cibernéticos. O segundo define um conjunto de diretrizes para responder efetivamente a crises decorrentes de incidentes cibernéticos e o terceiro é composto por procedimentos básicos para coleta e preservação de evidências e para comunicação obrigatória dos

fatos penalmente relevantes ao Ministério Público e ao órgão de polícia judiciária com atribuição para o início da persecução penal.

Foi criado pela SETIC o PROAD 2379/2021, contendo esses protocolos redigidos no último trimestre de 2021. Foi aprovado pelo Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados, que indicou a necessidade de pequenos ajustes. Após o PROAD foi encaminhado para aprovação da Presidência, a qual solicitou que previamente esses protocolos fossem apreciados pelo Comitê de Governança de TIC, o que está sendo solicitado na reunião de hoje. Lucas salientou que os protocolos basicamente fazem referência a processos que já temos aprovados e formalizados por portarias do TRT4, como o processo de gestão de riscos e gestão de incidentes.

Foi consenso entre os magistrados presentes, a aprovação dos protocolos de segurança cibernética apresentados durante a presente reunião.

Deliberação:

- Protocolos de segurança cibernética aprovados na reunião.

3.8 Nova rede SD WAN

Relato:

Farias salientou a extrema importância dessa nova rede para o TRT4, devido à situação crítica da maioria das unidades do interior, em relação aos problemas de desempenho dos links de rede atuais. A licitação foi realizada com sucesso no ano passado e estamos em processo de implantação, a qual tem prazo contratual para finalização total de até 150 dias, tendo a maioria das localidades instaladas em 120 dias. No entanto, temos feito reuniões frequentes com o fornecedor, que é o mesmo fornecedor da rede atual (Ávato). Nesse sentido, estão realizando esforços para a ampliação dos links atuais, dentro de suas possibilidades técnicas e sem custo adicional, enquanto a nova rede está sendo instalada. Conforme o slide apresentado, são 25 localidades que terão a rede atual ampliada de forma imediata. Por exemplo, Alegrete passa de 4 para 50 megas.

E para as que não estão contempladas nesse esforço e que tenham maior necessidade, serão priorizadas para terem os novos links instalados primeiramente. A SETIC solicitou e aguarda do fornecedor, um cronograma dessas instalações.

A Presidência solicitou que a SETIC envie o quanto antes um email com a notícia da instalação da nova rede e desse upgrade temporário.

Farias salientou que a situação vai melhorar muito, conforme o gráfico demonstrado na apresentação, apenas precisamos aguardar os prazos.

Deliberação:

- Conforme relato anterior.

3.9 Revisão do Plano de Contratações

Relato:

Alberto Müller esclareceu que os planos de contratações anuais são elaborados bem antes do início do ano. A exemplo, o plano de 2023 teve elaboração iniciada em abril de 2022 e foi aprovado em

26/08/2022. Müller salientou que a maioria das contratações permanecem com as mesmas previsões, mas que outras apresentaram necessidades de ajustes, os quais serão apresentados na reunião e necessitam de aprovação do Comitê Gestor de TIC. A primeira delas é o resto a pagar, com contratações que aconteceram em 2022 com os objetos contratados entregues apenas em 2023, passando a execução orçamentária para o ano atual.

Em resumo, as situações de mudanças foram:

- 4 contratações concluídas em 2022 e entregues em 2023 (resto a pagar). Valor total de R\$881.456,60.
- 2 contratações canceladas (não irão utilizar verba da SETIC). Valor total de R\$1.153.784,98 (sendo esse valor diminuído do plano original).
- 7 contratações aprovadas em 2022 e transferidas para 2023. Valor total de R\$4.205.672,08, aumentando de forma expressiva o orçamento previsto.
- 8 demandas novas ainda não submetidas ao Comitê. Valor total de R\$1.552.210,00.
- 3 demandas aprovadas para esse plano que tiveram aumento significativo de valor. Valor total de R\$2.329.170,27.
- Demandas aprovadas para 2023 que tiveram redução nos valores estimados. Valor total de R\$6.743.881,00, sendo esse valor diminuído do plano original).

Sendo assim, o valor aprovado em 26/08/2022 para o Plano de Contratações foi de **R\$26.758.438,32**. A nova estimativa para 2023, considerando as situações relatadas acima, seria no total de **R\$33.550.924,96**. No entanto, Müller salientou que o TRT4 não disponibiliza desse orçamento para o momento. Relatou que é possível que esse novo valor seja disponibilizado ao longo do ano, com liberação de orçamento de outras áreas. Mas que na situação atual, sugere diminuir o novo orçamento com a finalidade de adequá-lo ao orçamento concedido. Para isso, indica a redução temporária na compra de microcomputadores, que é um compra bem significativa, passando de 1993 para 500 equipamentos em 2023.

Com essa redução sugerida, a nova estimativa, ajustada à disponibilidade orçamentária, fica em **R\$26.807.043,96**.

Müller salientou que, em paralelo, a SETIC vai buscar recursos junto ao Conselho para um aporte para a compra dos equipamentos restantes para esse ano, ou a liberação orçamentária do TRT4 ou realocação de verba dentro da própria SETIC.

O detalhamento das aquisições contidas em cada um dos grupos mencionados, está disponível na apresentação e Müller apresentou brevemente conforme resumo a seguir.

Dentre as contratações realizadas em 2022 com entregas em 2023 (resto a pagar), estão a manutenção da central telefônica de Porto Alegre; os scanners, projetor multimídia e servidores de datacenter.

As duas contratações retiradas do plano (canceladas) por não fazerem parte do orçamento da SETIC, serão realizadas com verbas de outras áreas. São elas: o RDCarq (repositório arquivístico digital confiável) e o sistema antifurto da biblioteca (iniciativa da DG).

Sobre as contratações aprovadas em 2022 e transferidas para 2023, estão:

- A rede Wan antiga, que tem reflexo neste ano pois precisa ainda ser utilizada até a conclusão da implantação da rede nova, sendo feita neste ano.
- A solução de gestão de desktops, que foi contratada em 2022 mas que é pago anualmente e essa previsão para 2023 não tinha sido lançada.

- A compra de softwares autocad para a engenharia.
- O projeto de adequação das salas de audiência contempla as mesas de som e tivemos sérias dificuldades em coletar orçamentos e encaminhar a licitação. Para esse, Müller salientou que existe a possibilidade de redução do valor previsto, devido à grande divergência dos orçamentos coletados.
- Baterias e capacitores dos nobreaks do CPD1 e CPD2, a qual vai passar por reavaliação.
- E a compra dos headsets, que apresenta grande dificuldade para especificação desses dispositivos para que venham com qualidade e foi estimada com um custo total de R\$563.100,00, para em torno de 1.800 headsets (critério de 1 headset para cada webcam distribuída).

Sobre a aquisição dos headsets, Dr Jorge mencionou que entende serem de baixo uso nos gabinetes e varas. Dra Denise concordou. Rejane salientou que essa aquisição foi solicitada pela Presidência, acompanhando o número das webcams e que foi feita uma consulta prévia, antes do encaminhamento dessa compra. Müller salientou que o processo de compra será feita por meio de adesão a uma ata de registro de preço, sem previsão de compra inicial, permitindo que o TRT4 defina posteriormente a quantidade a ser comprada.

Para os headsets, o Comitê de Governança de TIC aprova a realização do registro de preços, mas com a ressalva de que seja realizado um estudo sobre o quantitativo realmente necessário a ser adquirido, antes da efetiva compra.

Por fim, Müller apresentou novas demandas que ainda não tinham sido submetidas ao Comitê de Governança de TIC, aproveitando a ocasião para solicitar a aprovação.

- Compra de mais 7 servidores de datacenters, a fim de complementar a compra já feita ano passado, a qual previa um total de 41 equipamentos, tendo sido comprados 34 em 2022. O valor total estimado é de R\$848.710,00.
- Software Trello, utilizado pela DG para gestão de projetos, o qual precisa ser assinado anualmente, com valor total estimado em R\$55.000,00.
- Transceivers, para conectar esses servidores na nova rede, com o valor total estimado em R\$500.000,00.
- Software MOBA, que serve para equipes da infraestrutura automatizarem a execução de tarefas repetitivas nos equipamentos, com valor total estimado em R\$8.500,00.
- Um televisor 85' para a sala do Conselho da Escola Judicial, com o valor estimado em R\$28.000,00.

Sobre a demanda da Escola Judicial, o Comitê de Governança de TIC questiona a real necessidade em relação a esse tamanho do televisor, até mesmo pelo tamanho da sala. Discutido que o monitor do salão nobre é de 75" e foi sugerido que essa compra seja limitada a esse mesmo tamanho. Rejane questionou o valor orçado, informando que esse do salão nobre custou R\$5.000,00 e que existem atualmente televisores desse tamanho no valor de R\$10.000,00, conforme pesquisa realizada na internet, no momento da reunião.

Com isso, o Comitê aprova a demanda da aquisição de um novo televisor, com a ressalva no sentido de validar a real necessidade desse tamanho, ou a possibilidade de um tamanho menor. Solicitado que a Escola Judicial detalhe melhor a justificativa da necessidade de um televisor desse tamanho. Sugerido pela Rejane que o tamanho seja limitado ao tamanho do televisor da sala da presidência, que é de 75'.

Após debate, foi definido que essa compra seja retirada do Plano no momento. Dr Cassou falará com o Des Lucena e a aprovação dessa compra será feita posteriormente, levando em

consideração as questões acima, bem como, o melhor entendimento para sua justificativa de compra.

- Software Power Shell, no valor de R\$R\$16.000,00, para automação de tarefas para os microcomputadores, agilizando as distribuições e atualizações dos softwares dos desktops e notebooks do TRT4.
- Tablets para concurso cultural, com compra estimada para 30 unidades com o valor total de R\$36.000,00. Rejane esclareceu que o TRT4 recebe anualmente uma verba específica destinada a dois projetos: trabalho seguro e combate ao trabalho infantil. O objetivo é fazer um concurso cultural com todas as escolas do Estado, como por exemplo desenho e/ou redação sobre esses temas e premiar os vencedores com os tablets de boa qualidade, avaliados em torno de R\$1.200,00 a unidade.
- Uma impressora gráfica de alto desempenho, para suprir as demandas da secretaria de comunicação, como valor estimado de R\$60.000,00.

Por fim, Müller apresentou as demandas com alteração significativa de valor e escopo:

- Renovação impressoras laser monocromáticas: quantidade e valor unitário aumentaram. Originalmente haviam sido previstas 259 impressoras num valor unitário de R\$5.000,00. Houve acréscimo de 150 impressoras não adquiridas em 2022, passando o total para 409 impressoras e num valor unitário de R\$7.914,61. Com isso, o valor total anterior estimado era de R\$1.295.000,00 e passou para R\$3.237.075,49.
- Manutenção dos datacenters de Porto Alegre: manutenção corretiva e preventiva. Valores aumentaram devido à inclusão da manutenção e abastecimentos dos geradores e dos serviços de monitoramento 24x7, o qual acompanha indicadores de temperatura, umidade, incêndio e falta de energia, entre outros. O novo valor está estimado em R\$209.534,64.
- Microcomputadores: o novo valor proposto é de R\$2.258.500,00, conforme a proposta de já apresentada para redução temporária da compra de microcomputadores, a fim de adequar ao limite orçamentário. A demanda total inicial de 1993 equipamentos passa para 500 equipamentos em 2023. E como mencionado anteriormente, será solicitada verba ao CSJT e no caso de ser fornecida, ou houver sobra de orçamento, o restante da quantidade poderá ser adquirida.

Dr. Cassou se manifestou informando que não tem dúvidas quanto aos itens apresentados neste último bloco, a exceção do item sobre renovação das impressoras laser monocromáticas, com dúvida em relação a quantidade a ser comprada.

Farias complementou que a DG lidera um projeto para redução de impressoras, que já está em andamento. Esclarece que essa compra está adequada à previsão de redução da quantidade das impressoras, conforme esse projeto. Salaria que a renovação é necessária, devido ao término das garantias, mas mantendo a política de redução desses equipamentos.

Após esses esclarecimentos, foi consenso a aprovação da compra das impressoras, conforme a proposta apresentada.

Por fim, o Comitê de Governança de TIC aprovou as alterações no Plano de Contratações apresentado, com as ressalvas descritas acima.

Deliberação:

- Comitê de Governança de TIC aprovou as alterações no Plano de Contratações apresentado, com as ressalvas descritas acima. O plano aprovado está no Anexo II da presente ata.

3.10	Encerramento
<p>Relato:</p> <p>-Dr Cassou sugeriu uma próxima reunião para final de março, para não haver o acúmulo da pauta.</p> <p>-Rejane salientou que precisamos publicar os planos para o CNJ e para a Transparência, até final de abril. Um deles é o Plano de Contratações e o outro é o PDTIC. Salientou a importância de apresentar a atualização desse segundo nesta reunião de março.</p>	
<p>Deliberação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Conforme relato anterior.	